

O que é jurisdição voluntária? Trata-se do **procedimento de homologação, em juízo, de acordo extrajudicial**.

- Voluntária no sentido de que não há lide a ser julgada, oposto de contencioso.
- Não é jurisdição, mas sim, uma **função administrativa**. Tecnicamente, jurisdição voluntária não é o termo mais adequado.
- Procedimento regulado pela reforma trabalhista.

Art. 652: Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento: (...) f) decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.

Atenção! Juiz não é obrigado a homologar o acordo. Por isso a súmula 418 TST esclarece que se trata de uma faculdade do juiz:

MANDADO DE SEGURANÇA VISANDO À HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Procedimento:

1. Início por petição conjunta.
2. Obrigatória a representação por advogado.
3. Impossibilidade de representação das partes pelo mesmo advogado.
4. Possibilidade de o trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
5. No prazo de 15 dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário, e proferirá sentença.
6. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
7. O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

Obs. art. 855 CLT – não altera o prazo para quitação das verbas rescisórias (10 dias) e não afasta aplicação da multa prevista no parágrafo 8º do art. 477 (salário do empregado).

2 hipóteses:

- Acordo extrajudicial dá quitação total: empregado não pode cobrar multa.
- O acordo extrajudicial não dá quitação total, especificando as parcelas: possibilidade de multa pelo atraso no pagamento da rescisão.